

Experiências de vida e formas de integração das imigrantes brasileiras em Portugal

Luciana Ferreira Moura Mendonça¹

Maria A – Médica e professora universitárias, casada, um filho, hoje adulto. Veio de uma grande metrópole brasileira, uma capital da região sudeste, para Portugal há cerca de dez anos, decepcionada com a realidade política brasileira. Começou a inserir-se profissionalmente fazendo um doutoramento. Actualmente, desenvolve em pleno sua actividade profissional e sente que Portugal é o seu país.

Maria B – Era uma adolescente, estudante de liceu numa pequena vila do interior do Nordeste, quando perdeu os pais. Vendo as dificuldades pelas quais passavam os seus seis irmãos e as poucas oportunidades de trabalho que encontrava à sua frente, decidiu emigrar para ajudar os seus irmãos. Escolheu Portugal por ser um país onde se fala a mesma língua. Sem profissão definida, começou a trabalhar como empregada de balcão numa loja. Hoje, está casada com um cidadão português, tem uma filha e já fez vários cursos de formação, melhorando sensivelmente suas qualificações profissionais.

Maria C – Terminou o liceu e tentou arrumar emprego em sua cidade natal, uma cidade de médio porte. Teve uma filha ainda quando era adolescente. Preocupada com o futuro da criança, veio para Portugal para tentar uma vida melhor. Trabalhou em vários cafés e restaurantes mas nunca conseguiu um contrato de trabalho e, conseqüentemente, nunca conseguiu legalizar-se. Depois de três anos de luta, vivendo como indocumentada, não aguentou as saudades da família e voltou para o Brasil.

Começo contando a história destas três “Marias” não somente para dar exemplos concretos das experiências de vida e formas de integração das imigrantes brasileiras em Portugal, mas também para mostrar o desafio do tema proposto. Pergunto: como sintetizar numa narrativa coerente as vivências de milhares de mulheres? Como juntar a

¹ Doutorada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, desenvolve projecto de pós-doutoramento sobre as relações interculturais entre portugueses e brasileiros na cidade do Porto.

experiência de uma mulher com baixa escolaridade, que sai de uma pequena vila do interior, com aquela de uma mulher eminentemente urbana, moderna, com alto nível de escolaridade? Ou de uma mulher negra, marcadamente não-europeia, com a de uma mulher branca, facilmente definível como autóctone? Como alcançar uma certa generalidade sem perder de vista a multiplicidade de manifestações, oriundos de um país com quase 180 milhões de habitantes, com cinco regiões, 27 estados, ampla diversidade cultural e desigualdade social? As imigrantes brasileiras em Portugal (como as mulheres brasileiras em toda a parte) são bastante heterogéneas quanto às suas expectativas, origens regionais, características étnicas, sociais e educacionais, bem como quanto à extensão no tempo e no espaço do processo de integração, o que nos remete para a própria diversidade interna a Portugal e às transformações mais gerais nos fluxos migratórios. Assim, escolhi um recorte que privilegia uma das questões que é um dos motivos mais frequente de queixa por parte das mulheres brasileiras nas suas relações com o contexto português: a questão dos estereótipos.

Contudo, seria interessante, antes de partirmos para esta questão específica, contextualizar minimamente a imigração brasileira para Portugal no conjunto de transformações globais e na realidade dos países emissor e receptor. Portanto, começo chamando a atenção para algumas características da imigração nas últimas décadas.

Em primeiro lugar, no que tange a presença das mulheres no contingente de imigrantes no contexto global, pode-se dizer, pela análise dos dados disponíveis, que, até os anos 1970, a imigração era predominantemente masculina. A visibilidade das mulheres enquanto migrantes aumentou consideravelmente a partir de então, tendo em vista alguns desenvolvimentos. O mais importante diz respeito aos processos de reagrupamento familiar que começam a ocorrer nos países da Europa central, tradicionalmente receptores, coincidindo com o fechamento das fronteiras nos primeiros anos da década de 1970.

Neste contexto, Portugal assistiu a um crescimento paulatino da feminização do contingente imigratório e da participação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho, facto relacionado à própria reestruturação do mercado de trabalho em decorrência dos processos de globalização. Não se pode esquecer do facto de que se

encontra em curso um processo de flexibilização e precarização do trabalho e que, mesmo com mudanças significativas no sentido de diminuir as diferenças entre homens e mulheres, tanto do ponto de vista das áreas de actuação quanto da paridade de salários, observa-se, em geral, a femininização de campos profissionais menos prestigiados e desigualdades salariais com prejuízos claros para as mulheres.

No desenvolvimento do mercado de contemporâneo, a divisão sexual do trabalho soma-se à distribuição desigual de funções entre migrantes e não migrantes ou entre o grupo etnicamente dominante e as minorias étnicas, produzindo algumas posições ou criando nichos de emprego para os quais vão se destinar indivíduos com um determinado perfil. Como exemplifica Rosana Albuquerque (2005), no caso de Portugal, assiste-se claramente a uma etnicização do trabalho doméstico e das empresas de limpeza.

Em segundo lugar, quanto à situação específica de Portugal enquanto país receptor, assistimos mudanças significativas nas últimas décadas, que estão, em grande parte, relacionadas com as transformações resultantes da sua inserção na Comunidade Económica Europeia. Portugal tornou-se um destino mais atractivo e, sendo tradicionalmente caracterizado como plataforma de emigração, tornou-se, também, um país de imigração (Baganha, 2002). Como esta transformação é relativamente recente, parece ser ainda uma experiência por digerir ou elaborar no contexto português, o que também constitui uma oportunidade de actuar no sentido de favorecer a integração. Quanto à vivência da experiência de migração como factor de aceitação do outro, nota-se uma certa dificuldade de relacionar a experiência dos portugueses que emigram com a experiência dos estrangeiros que imigram, embora todos busquem o mesmo: uma vida melhor.

Em terceiro lugar, no caso da imigração brasileira, como de outros países de língua oficial portuguesa, é importante levar em conta a profundidade das relações históricas e dos contactos entre os países. A presença imigrante entra num contexto que não é totalmente neutro, que já está povoado por inúmeras imagens e representações de si e do outro. E, no caso da relação entre brasileiros e portugueses, sente-se que existe uma atracção mútua que transparece, por exemplo, no desejo de muitos brasileiros de conhecer Portugal ou o contrário, no desejo de muitos portugueses de conhecerem o

Brasil. Há que se levar em conta, também, as redes de parentesco que unem famílias de um ao outro lado do oceano, o que não é de se estranhar quando se sabe que existem cerca de 700 mil cidadãos portugueses residindo no Brasil e cerca de 35 milhões de luso-descendentes dos imigrantes portugueses que entraram no país a partir de 1840.

Em quarto lugar, e aproximando-nos mais da experiência cotidiana, devem-se observar as mudanças no fluxo migratório do Brasil para Portugal nas últimas décadas. Nos anos 1980, o Brasil passou por uma grave crise económica, o que ocorreu quase que em simultaneidade com entrada de Portugal na CEE. Somados, os dois factores foram um incentivo à imigração, àquela época, de homens e mulheres altamente qualificados (médicos, dentistas, jornalista, publicitários, engenheiros). Nos anos 1990, observa-se uma mudança no contingente migratório, que se torna cada vez mais jovem e menos qualificado, embora o nível de escolaridade das brasileiras que imigram seja, muitas vezes, superior à média nacional. Acresce que essa segunda vaga de imigração, além de ser composta por um contingente de pessoas mais jovens e com um nível de escolarização mais baixo, é também muito mais numerosa. Nos últimos anos da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, assistiu-se a um grande crescimento não só da imigração brasileira, mas também de outras nacionalidades (com destaque para os países do Leste) para Portugal. Do lado de lá, no Brasil, assiste-se à continuidade de alguns problemas económicos, resultantes sobretudo da concentração de riqueza. Assim, uma das maiores motivações para a imigração recente é o crescimento do desemprego e o profundo aumento da economia informal (Diniz, 2005).

As transformações dos anos 1990 também se relacionam com mudanças no mercado de trabalho em Portugal, que passa a necessitar de mão-de-obra para a construção civil e para o setor terciário, em especial para a hotelaria, a restauração e atendimento geral ao público (Diniz, 2005). Observa-se que os muitas brasileiras (e brasileiros) vão justamente se alocar nesse nicho do mercado de trabalho, valendo-se de duas qualidades reconhecidas: 1) a língua; 2) a simpatia, o que já aponta para a questão dos estereótipos.

Certamente, a presença brasileira não é vista de maneira uniforme e as representações comportam bastante ambiguidade. Quanto ao uso da língua, por exemplo, muitas vezes

considera-se que as brasileiras e brasileiros têm uma forma de falar doce, que soa bem aos ouvidos, e são vistos como pessoas comunicativas e abertas. Isso numa avaliação positiva. Entretanto, a abertura e a facilidade de comunicação podem ser vistas como sinal de estar por demais à vontade (ultrapassando certas fronteiras sociais) e, talvez por isso, algumas vezes os brasileiros sejam vistos como pouco sérios e malandros. Esta imagem não emerge simplesmente do contexto português. Está relacionada também com a construção da nacionalidade e com a forma como os brasileiros representam-se a si próprios e actuam (em conformidade) no país receptor.

O antropólogo Igor Machado (2003) realizou uma interessante investigação acerca das representações da identidade brasileira na cidade do Porto e verificou a existência de uma visão essencialista e de imagens estereotipadas da nacionalidade. Como recurso analítico, utilizou, a noção de “identidade-para-o-mercado”, que lhe permitiu compreender a recorrência dos estereótipos de malandragem, hipersexualidade e alegria, (auto-)atribuídos aos imigrantes brasileiros. Sua análise permitiu compreender a manipulação desses significados, sobretudo por parte das/os imigrantes brasileiras/os vindos nos anos mais recentes, inclusive como estratégia de inserção no mercado de trabalho, o que explica (juntamente com as necessidades de mão-de-obra em Portugal) a alta concentração de imigrantes brasileiras em funções de atendimento ao público. Esta forma de inserção no mercado de trabalho proporciona também uma grande visibilidade dos imigrantes brasileiros em Portugal.

Quanto à questão das imagens de uma identidade nacional brasileira, pode-se dizer que, desde o início da República e, sobretudo, a partir do Estado Novo (1937), o Brasil foi consolidando alguns símbolos representativos da nação. Esse “pacote simbólico” contém, como ingredientes fundamentais, o futebol, o samba, o carnaval e a mestiçagem, erigindo como símbolo principal do resultado positivo da miscigenação, a mulata – a mulher mestiça, fixada no imaginário em belas formas, que levam a conotá-la como atraente, “quente”, sensual e, por um desvio semântico, facilmente disponível para as relações sexuais, imagem que muitas vezes é atribuída, estereotipadamente, a todas as mulheres brasileiras. Ao longo do século XX, esses símbolos continuaram a ser transmitidos como parte da imagem do Brasil no exterior, inclusive como forma de fomentar o turismo internacional. As implicações para as mulheres brasileiras são óbvias.

Mais recentemente, o governo brasileiro tem tomado medidas no sentido de evitar a perpetuação dessa imagem da mulher brasileira. Têm-se chamado a atenção para o facto de que, por vezes, é a própria propaganda do turismo no Brasil feita no exterior que, ao expor o corpo, contribui para a manutenção do estereótipo e incentiva os negócios do sexo (incluindo tanto o turismo sexual quanto a constituição de redes de tráfico de mulheres para a prostituição – um negócio que movimenta, mundialmente, \$ 9 bilhões de dólares por ano). Quanto a este ponto, o governo brasileiro também tem actuado. Em 2004, Ministério da Justiça do Brasil e o UNODC (Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime) lançaram uma campanha de combate ao tráfico internacional de seres humanos. Desde então, distribuí-se material informativo junto com os passaportes, preservativos com mensagens impressas em suas embalagens e cartazes em aeroportos, consulados e embaixadas, na Polícia Federal e em outros sítios de intensa circulação de pessoas. A campanha também inclui veiculação de informação em programas de rádio. Alguns estados do país foram privilegiados para o início e realização mais intensa das acções previstas por terem grande número de mulheres enviadas ao exterior, caso de Goiás e do Ceará, ou por sediarem os maiores aeroportos internacionais do país, constituindo-se em portas de saída privilegiadas das vítimas do tráfico internacional de pessoas, caso de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Obviamente, que nem todo negócio sexual decorre de situações de engano, e podem-se encontrar condições muito variáveis quanto ao grau de aliciamento, coação e violências por parte das redes de tráfico de mão-de-obra, como foi muito bem demonstrado em recente publicação do ACIME sobre o tema. Mas, também constata-se, de maneira bastante clara, que a simpatia que, no senso comum, se atribui frequentemente às brasileiras não está ligada, nem direta nem remotamente, a alguma factor intrínseco que as defina, no seu conjunto, como potencialmente mais abertas e receptivas a investidas sexuais. Essas imagens devem ser entendidas no curso de comum processo de estereotipação das diferentes comunidades imigrantes, facilmente sujeitas à consolidação de representações negativas a partir de casos particulares. Este é um factor de constante angústia para as mulheres brasileiras das mais diversas origens, habilitações, classes sociais e características étnicas: o assédio e o confronto mais ou menos cotidiano com o estereótipo da mulher “fácil”.

Não é difícil verificar que este estereótipo cai num contexto de luta, dentro da sociedade portuguesa, para consolidar a igualdade das mulheres em todos os campos. E aqui remeto para a necessidade de consolidação de uma cultura de cidadania e de direitos e deveres para todos, que muitas vezes se mostra ainda recalcitrante e que pode ter, de facto, desdobramentos positivos para a integração não só das mulheres brasileiras, mas de todas as comunidades imigrantes.

Para terminar, lembro apenas que, apesar dos problemas apontados, o potencial de integração das mulheres (e homens) brasileiros na sociedade brasileira é bastante alto, sobretudo se agirmos no sentido de conter as disparidades, valorizando as nossas identificações no campo cultural e a cidadania de um ponto de vista mais amplo.